

## O CAPITAL SOCIAL COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LIMA, Alessandra Gomes Duarte<sup>1</sup>

SANTOS, Moacir José dos<sup>2</sup>

### RESUMO

Os consideráveis avanços experimentados pelo Brasil nas últimas décadas ainda se contrapõem às desigualdades econômicas e sociais vividas por expressiva parcela de seu povo. Intensificam-se então os debates acerca da questão, em busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento econômico e de variáveis que possibilitem um crescimento socialmente mais justo e melhor distribuído territorialmente. Assim, tanto em meios acadêmicos como em agências de desenvolvimento, ganham espaço estudos sobre os fatores que, extrapolando a esfera material, contribuam para a promoção do desenvolvimento. Ganha destaque então o capital social, que passa a valorizar a

---

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Unitau. E-mail: alesaulo96@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Unitau. E-mail: santos.mj@gmail.com

sociedade, suas relações sociais, a confiança, cooperação e reciprocidade como importantes fatores contributivos para o desenvolvimento local e regional. Dessa forma, o presente trabalho resgata conceitos de Tocqueville, Coleman, Putnam e Fukuyama sobre capital social, na perspectiva de que este possa ser considerado um recurso produtivo, cujas diferenças e intensidades podem condicionar o desenvolvimento.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento. Desenvolvimento regional.

## **SOCIAL CAPITAL ENCOURAGING REGIONAL DEVELOPMENT**

### **ABSTRACT**

Great technological advances occurring in Brazil in the last few decades are still contrasting with the great economical and social inequalities observed in a great part of the population. Because of this, this question has become an extremely debatable issue so as to look for new alternatives in the economic development model and also for new variables which make possible a fair and better distributed social growth in terms of national territory. Thus, both in academic levels and developmental agencies, we observed increasingly new studies about factors which forgetting material matters, concentrate themselves in promoting development as a whole. Thus, social capital which gives value to the society as a whole, its social relationships, trust, cooperation and reciprocity as factors contributing for both local and regional development seems to be a focus of increasing studies. In this way, the current study, attempts to rescue Tocqueville, Coleman, Putnam and Fukuyama concepts on social capital, in the perspective that such a concept may be considered a

productive resource, whose differences and intensities may condition development.

Keywords: Social capital. Development. Regional Development.

## INTRODUÇÃO

Apesar dos consideráveis avanços experimentados pelo Brasil nas últimas décadas, que o fizeram deixar o posto de país subdesenvolvido para estar ao lado de grandes nações mundiais, o País ainda vive contradições entre os elevados índices de desenvolvimento tecnológico e de produtividade em oposição às disparidades econômicas e sociais vividas por significativa parcela de sua população.

O modelo de desenvolvimento econômico baseado em variáveis pouco eficazes para impulsionar um crescimento socialmente mais justo e mais bem distribuído territorialmente tem incitado o debate sobre a questão do desenvolvimento local e sustentável, fazendo crescente a necessidade de realização de estudos que extrapolem os pontos de vista teóricos tradicionais, numa tentativa de melhor compreender e estender o conceito de desenvolvimento.

Assim, ganham cada vez mais espaço estudos que procuram entender as perspectivas e fatores que extrapolam os aspectos materiais, e que contribuam para a promoção do desenvolvimento, dentre eles o capital social.

A perspectiva do capital social é valorizar a sociedade, suas relações sociais, a confiança e a cooperação, que promovem a participação coletiva mais qualificada, fatores estes que enriquecem o tecido social das regiões, levando a considerá-lo um potencial produtivo e um ativo importante para o sucesso de um projeto de desenvolvimento que se insere num conjunto de esforços, sejam eles institucionais, culturais, políticos e econômicos.

O capital social se fortalece, então, na função de conector entre a comunidade e seu desenvolvimento sustentável, sendo atualmente considerado como um novo e rico tipo de capital. É entendido como um fator endógeno que origina intensas ligações entre pessoas, comunidades e instituições, mostrando ser primordial para o desenvolvimento das áreas, cujos índices apresentam fortes desigualdades sociais e econômicas (LIMA FILHO, 2011). Ou seja, o capital social pode ser considerado um recurso produtivo ou uma via de acesso a recursos cujas diferenças e intensidades podem condicionar o desenvolvimento (ABRAMOWAY, 2000; DURSTON, 1999-2000, apud NICOLA; DIESEL, 2011).

Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou levantar as metodologias utilizadas para mensurar a contribuição do capital social para o desenvolvimento regional.

## **MÉTODO**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos e de cunho bibliográfico quanto aos procedimentos, com consulta a livros, artigos científicos e sites relacionados à temática.

## **DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO E CONCEITUAÇÃO**

O século XIX marca o surgimento do conceito de desenvolvimento inserido no contexto sociointelectual moderno, tendo sido este historicamente gestado nas revoluções Francesa e Industrial. O tema só passa a ocupar espaço proeminente na literatura a partir do final da Segunda Grande Guerra, cujos reflexos alteraram completamente o cenário mundial. Até então o termo era tido como sinônimo de progresso, “[...] no sentido de uma escala do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional para o desenvolvido, do

rural para o urbano” (BAQUERO; CREMONESE, 2008, p.49).

Por um longo tempo o conceito de desenvolvimento esteve atrelado à concepção de crescimento econômico. Entretanto, no decorrer dos anos, o aspecto econômico foi se tornando insuficiente para explicar as diversas dimensões que o desenvolvimento acolhe, passando a ser pensado, também, nas esferas social, ambiental, cultural, entre outras (FREITAS, 2008).

Pereira (2004 apud COSTA, 2007, p. 30) comunga esta visão ao afirmar que “[...] o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. De acordo com o autor, não haverá desenvolvimento se este não vier acompanhado por mudanças sociais e políticas, sendo estas, ao mesmo tempo, causa e resultado das transformações econômicas.

Ao tratar sobre desenvolvimento, “[...] fala-se em melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das pessoas que estão vivas hoje e das gerações futuras

(desenvolvimento sustentável)”. Surge, então, a necessidade de um crescimento que se dê racional e responsabilmente, a fim de não prejudicar as gerações vindouras (FRANCO, 2000 apud COSTA, 2007, p. 21).

De acordo com Lima Filho (2011), se o crescimento econômico promover o desenvolvimento sustentável da localidade, aí sim será possível dizer que houve desenvolvimento. Em escala global, é possível perceber que a economia, com base nas premissas meramente econômicas, não é capaz de promovê-lo. Este autor ressalta ainda que o descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social tem gerado um desequilíbrio entre os avanços econômicos e sociais, em especial nos países mais pobres.

Todavia, um desenvolvimento socialmente mais justo, economicamente possível e ambientalmente sustentável ainda é um desafio para as nações, apesar dos esforços para viabilizar um processo equitativo. O cenário mundial apresenta ainda índices deficitários em moradia, educação, saúde e meio ambiente, com a crescente concentração da riqueza e

generalização da pobreza (FREITAS, 2008).

O economista indiano Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), defende um conceito que vai além. Sen (2000) vê o desenvolvimento como um processo que elimina as privações de liberdade vividas pelos indivíduos, privações estas que limitam suas escolhas e oportunidades, impedindo-os de serem agentes de transformação. Nessa abordagem, a ampliação das liberdades individuais é vista como principal fim e principal meio do desenvolvimento.

Para Sen (2000), o desenvolvimento demanda que sejam removidas as principais formas de privação de liberdade: fome, pobreza, tirania, moradia indigna, falta de saneamento básico, negligência nos serviços públicos como educação, saúde, segurança etc. Essas limitações também podem resultar em restrições às liberdades políticas e civis em governos autoritários e, ainda, de participação na vida econômica, política e social da comunidade.

O autor ressalta a forte relação que vincula as diferentes liberdades:

[...] liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições

livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, p.26-27).

O ponto-chave do processo de desenvolvimento reside no fato de que a liberdade contribui para que o potencial das pessoas seja enriquecido e assim elas possam cuidar de si mesmas e desenvolvam a autoconfiança que as ajudará a influenciar o mundo (SEN, 2000).

Dallabrida (2010, p.17) define desenvolvimento como “[...] um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida sua população”. Para o autor, talvez haja um equívoco em se referir a “regiões desenvolvidas ou não desenvolvidas”, sendo mais adequado falar em “regiões em processo de desenvolvimento”, uma vez que o desenvolvimento não é um estágio a ser alcançado ou um modelo estático a ser abraçado, fazendo-se

necessário lançar luz sobre as diferentes dinâmicas regionais.

Buarque (1999, apud FILHO, 2011) conceitua desenvolvimento local como um processo endógeno, que mobiliza o que o autor chama de “energias sociais” em espaços de pequena escala como localidades, municípios ou microrregiões, forças estas que possibilitam novas oportunidades sociais, a viabilidade econômica e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida das comunidades.

Para De Franco (2000, apud LIMA FILHO, 2011, p.148), “[...] um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo, tudo pode ser considerado como local. Tudo dependerá do alvo socioterritorial das ações de desenvolvimento em curso”.

O desenvolvimento local deve ser considerado com resultado da pujança dos processos de relação e reciprocidade entre os atores sociais, o que acarreta uma nova dinâmica econômica e a melhoria dos indicadores de qualidade de vida das unidades territoriais. O ponto forte desse processo está em maximizar as potencialidades ao melhor

aproveitamento das oportunidades locais, além de promover a competitividade da economia local e asseverar que os recursos naturais sejam preservados (DE FRANCO, 2000, apud LIMA FILHO, 2011).

Lima Filho (2011, p. 147) afirma que o avanço dos debates sobre desenvolvimento local conduziu a “[...] uma dupla mudança de percepção: primeiro, em relação à sustentabilidade do modelo desenvolvimentista; e, segundo, como recurso alternativo a favor da continuidade do desenvolvimento do planeta”.

A localidade assume, então, importante papel no contexto do desenvolvimento ao possibilitar experiências alternativas ao fenômeno do crescimento econômico global, cujos reflexos dificilmente alcançam os espaços regionais menores. Nesse ambiente, a participação coletiva tem função essencial, pois contribui para a mobilização das potencialidades locais do território, em favor de um desenvolvimento social e econômico menos desigual (LIMA FILHO, 2011).

O desenvolvimento local apresenta-se, portanto, como um modelo econômico que busca alternativas para o reequilíbrio social,

suplantando as restrições comunitárias e aproveitando, da melhor forma, os recursos potenciais disponíveis (ABRAMOVAY, 1998, apud LIMA FILHO, 2011).

Castilhos (2001 apud CALDERERO, 2007) destaca a relação entre o conceito de capital social e o conceito de desenvolvimento, uma vez que este processo pode ser desencadeado pela presença e a qualidade das relações sociais em um determinado grupo. A institucionalização dessas relações representa o acúmulo de práticas sociais incorporadas pela cultura à história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais.

O conceito de capital social adquire, portanto, papel relevante na busca por um modelo de desenvolvimento local e regional, no qual são essenciais as interações entre pessoas, comunidades, instituições públicas e privadas e poderes públicos de todas as esferas. É no contexto local que se intensifica e é melhor percebido o poder de replicação dos benefícios sociais em comparação ao modelo econômico de acumulação de capital tradicional (LIMA FILHO, 2011).

## **CAPITAL SOCIAL: DIFERENTES CONCEITOS, SEMELHANTES PRINCÍPIOS**

Novos elementos vêm sendo, de forma sistemática, incorporados ao conceito de desenvolvimento, em busca de modelos explicativos e também de soluções para os dilemas que o tema envolve. Assim, deixam de ser considerados como fatores condicionantes do desenvolvimento apenas os aspectos objetivos, passando a serem ponderados também os subjetivos. Dessa forma, o capital social ocupa lugar de destaque entre as abordagens atuais que tratam sobre os aspectos intangíveis do desenvolvimento (FREITAS, 2008).

Para D´Araújo (2010, p.10), capital social “[...] expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.”

Capital social alude às organizações, relações e normas sociais que qualificam as relações interpessoais numa determinada sociedade. Nesse contexto, a prosperidade econômica e o desenvolvimento sustentado têm como fator primordial a coesão social,

podendo ser comparado a uma ‘argamassa’ que possibilita às instituições o contato entre elas e ao mesmo tempo as vincula ao cidadão com vistas à produção do bem comum (D´ARAÚJO, 2010).

Matos (2009, p.34-35) coloca que o primeiro registro da expressão ‘capital social’ teria se dado em 1916, por Lyda Judson Hanifan, que o conceituou como “[...] um conjunto de relações sociais marcadas pela boa vontade, camaradagem e simpatia, atributos muitos próximos do *goodwill* utilizado para definir as relações públicas na sua origem”.

Lyda Hanifan era um supervisor estadual de escolas rurais de West Virginia, USA, e teria sido o primeiro autor a utilizar o termo, no artigo intitulado “*The Rural School Community College*”, publicado no *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, em 1916. Nesse trabalho, Hanifan procurou demonstrar como era importante que a comunidade se envolvesse para que as escolas alcançassem o sucesso, utilizando para tal o conceito de capital social. (MATOS, 2009).

Instituições como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros, financiam estudos sobre o tema no intuito de analisar os efeitos da formação do capital social sobre o desenvolvimento das comunidades e nações em todo o mundo (D'ARAÚJO, 2010).

A seguir, são colocados alguns conceitos de capital social na perspectiva dos autores Tocqueville, Coleman, Putnam e Fukuyama.

### **TOCQUEVILLE: A PERCEPÇÃO PIONEIRA**

Em 1831, o magistrado francês Alexis de Tocqueville viaja para os Estados Unidos a fim de realizar uma pesquisa sobre o sistema penitenciário daquele país. A partir desses estudos, Tocqueville publicou, em 1835 e em 1840 respectivamente, duas edições de *A Democracia na América*, nas quais registrou importantes observações sobre o estilo de vida dos americanos e os benefícios proporcionados pelo sistema democrático (MELIM, 2007).

Para Melim (2007, p. 51), na obra há uma parte especial que fez de Tocqueville um dos primeiros estudiosos do capital social, mesmo

que o termo não tenha sido mencionado, “[...] detalhadamente a busca de objetivos comuns por grupos das comunidades, os mecanismos usados e os resultados alcançados”. Sua análise sobre o funcionamento das associações americanas daquela época, os benefícios mútuos possibilitados pela ação dos associados e sua força perante a sociedade e o governo, o levaram a ser reconhecido como um dos pioneiros da área, ressaltando-se que apenas um século depois a expressão capital social viria a ser utilizada.

A facilidade dos americanos em se associar e trabalhar em prol do bem comum chamou a atenção de Tocqueville. Ele comenta que, diferentemente do povo europeu, bastante dependente do Estado para resolver suas questões, o americano aprende, desde a mais tenra idade, a depender de si mesmo e dos grupos próximos para enfrentar as dificuldades da vida. Tocqueville se surpreende com a diversidade de associações encontradas na sociedade estadunidense. (MELIM, 2007).

D'Araújo (2010, p. 43) ressalta que:

Em linguagem atual, seria correta, portanto, a proposição de que, para

Tocqueville, sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica e liberdade, não haveria confiança nem relações horizontais de poder. Não haveria capital social e, sem capital social não haveria democracia bem-sucedida.

## **CAPITAL SOCIAL SEGUNDO COLEMAN**

Outro nome que se destacou nos estudos sobre o tema foi James Coleman, sociólogo americano que em 1988 publicou o artigo *Social Capital in the Creation of Human Capital*, tido como referência para a área (HIGGINS, 2003; PUTNAM, 1996, apud MELIM, 2007).

Coleman realizou um dos primeiros trabalhos relacionados à influência do capital social em grupos, procurando mensurar esses efeitos de modo quantitativo, utilizando-o como ferramenta para analisar a evasão de alunos de ensino médio de uma região americana. Por meio dessa pesquisa, Coleman buscou demonstrar como o capital social pode influenciar a criação do capital humano em jovens, como fruto da convivência familiar e comunitária (MELIM, 2007).

A diferenciação entre capital físico, capital humano e capital social oferecida por Coleman busca melhor posicionar o termo entre aqueles disponíveis para os indivíduos e seus

grupos sociais. Assim, capital físico seriam os bens materiais, capital humano o conhecimento e as habilidades adquiridas pelos indivíduos e, por fim, o capital social, que envolve a lealdade, a reciprocidade, a fidelidade, o compromisso e outros elementos advindos das relações entre os componentes de um grupo (MELIM, 2007).

Coleman reforça que o capital social é algo intangível se comparado a outras formas de capital. Enquanto o capital econômico pode ser encontrado nas contas bancárias e o capital humano na cabeça dos indivíduos, o capital social está estabelecido na estrutura de suas relações. O relacionamento com os outros é fundamental para que os indivíduos possuam capital social e são esses próprios indivíduos a adequada fonte dos seus benefícios (PORTES, 2000, apud MELIM, 2007).

Segundo Matos (2009, p. 36), Coleman destacou três características que constituem o capital social: “[...] as obrigações e expectativas que ajudam a estruturar a confiança entre os membros da rede; a capacidade da estrutura social para gerar e colocar em funcionamento os fluxos de

informação; e as normas que regem o processo”.

## **A VISÃO DE PUTNAM PARA CAPITAL SOCIAL**

O conceito de capital social ganhou notoriedade com a publicação, em 1993, do livro *Making the Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, [Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna] por Robert Putnam (D'ARAÚJO, 2010).

O estudo foi realizado na Itália na década de 1970 e objetivou entender os motivos das disparidades em termos de desenvolvimento envolvendo as regiões Norte e Sul daquele país. Buscou avaliar o impacto de um processo pioneiro de descentralização administrativa e a consequente redução das desigualdades regionais (D'ARAÚJO, 2010).

Putnam observou que nas mesmas condições administrativas o Norte se desenvolveu mais que o Sul. A partir da análise de uma série de variáveis, Putnam acabou por concluir que a diferença se devia principalmente à presença do capital social no Norte, considerando que os níveis de civismo, cultura política e

tradições republicanas são fatores essenciais para sua existência (D'ARAÚJO, 2010).

Putnam diz que “O contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições. [...] instituições por mais bem concebidas e planejadas que sejam, não bastam para produzir a boa sociedade. Ou seja, boas sociedades ajudam a produzir boas instituições”. Em outras palavras, Putnam afirma que mesmo um bom sistema de governo não era capaz de ter bons resultados sem o engajamento da sociedade, mas indivíduos bem articulados seriam capazes de contribuir para o seu sucesso (D'ARAÚJO, 2010, p.14-15).

Historicamente, o norte da Itália sempre teve uma cultura cívica mais viva, um maior envolvimento da população com os assuntos públicos, na qual havia mais cooperação e mais confiança no outro. De acordo com Putnam (apud D'ARAÚJO, 2010), a junção da cultura cívica com a confiança interpessoal resulta em capital social, recurso vital de poder para as pessoas e a sociedade, cujos benefícios podem ser colhidos por todos.

A confiança é o componente básico do capital social e a

coletividade que dá valor e a coloca em prática tende “a produzir o bem comum, a prosperar” e há três fatores inter-relacionados: “confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Tais sistemas possibilitam que as pessoas cooperem mutuamente, que zelem pelo bem público e gerem a reciprocidade. Ao contrário de outros capitais, o capital social se constitui como um bem público, não sendo propriedade privada e não tem como fruto resultados individuais (PUTNAM apud D’ARAÚJO, 2010, p.18).

Em 1995, Putnam publicou o artigo *Bowling alone: the america’s declining social capital*, que analisou o declínio do engajamento cívico dos americanos no final do século XX, correlacionando esta questão à queda da participação política se comparada à geração da década de 1930 (MATOS, 2009).

Com o artigo *Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America*, também em 1995, Putnam imputou à televisão a diminuição dos níveis de capital social entre os americanos. Segundo ele, se forem comparadas as gerações dos anos 1930 e 1960, houve uma diminuição na leitura dos jornais ou

mesmo de notícias pela TV e que quanto maior o número de aparelhos por domicílio, mais as pessoas se isolam e perdem o hábito de assistir à TV juntas (MATOS, 2009).

De acordo com a análise de Putnam, há indícios de que a revolução tecnológica tenha provocado um crescente processo de individualização do tempo de lazer das pessoas, que deixam de investir na manutenção de seus vínculos de relacionamentos sociais, o que poderia ser um sério obstáculo à constituição do capital social (MATOS, 2009).

## **CAPITAL SOCIAL NA PERSPECTIVA DE FUKUYAMA**

Francis Fukuyama, cientista político norte-americano, questiona as várias definições para capital social, considerando que muitas vezes são confundidas as manifestações com o que é capital social em si.

Para o estudioso, capital social “[...] é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos”. Assim, as normas que envolvem o capital social abrangem a reciprocidade que vai desde aquela existente entre dois amigos até grupos mais complexos, a exemplo do cristianismo e do

confucionismo (FUKUYAMA, 2000 apud HIGGINS, 2005, p.67).

A relevância está na norma colocada em andamento na relação entre duas pessoas e, a partir disso, tudo o que estiver ligado ao capital social, como confiança, redes de trabalho, sociedade civil, é apenas um fenômeno secundário ou consequência disso e não o constituem como tal (HIGGINS, 2005).

Sobre o desenvolvimento, Fukuyama enfoca a confiança como virtude social e geradora do capital social e da prosperidade. Para o autor, elevados níveis de confiança social promovem o desenvolvimento econômico, em especial na passagem da economia pós-industrial. O incremento de capital social conserva unidas as estruturas centrífugas do mercado, sendo importante manter vivas as regras do capital social para que as relações de mercado se mantenham saudáveis. (NAZARRI et al., 2011).

Fukuyama considera o capital social como uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas e os países que melhor se sucederão serão aqueles que estiverem preparados

para formar cidadãos que se dispuserem a cooperar para a organização de associações voluntárias (NAZARRI et al., 2011).

## CONCLUSÃO

O conceito de capital social ganha maior importância na medida em que se reconhece que os fatores econômicos, por si só, não vão muito longe se os indivíduos não forem capazes de compartilhar seus recursos e habilidades num espírito de cooperação, reciprocidade e compromisso com os anseios coletivos.

Estudar o capital social e sua contribuição para o desenvolvimento regional tem se apresentado como um desafio complexo. Longe de ser uma panaceia para a cura de todo e qualquer mal, o capital social se consolida como um instrumento imprescindível nos dias atuais, como forma de inserção de grupos e regiões marginalizados, promovendo o desenvolvimento sustentado, a construção da cidadania, a revitalização da sociedade civil e o fortalecimento da democracia.

## REFERÊNCIAS

- BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Desenvolvimento Regional, Democracia Local e Capital Social*. Ijuí: Ijuí, 2008.
- CALDERERO, J. M. *Formação de Redes de Capital Social: O Caso do Centro de Voluntariado de Rio Claro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), 2007. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/mestrado\\_drma/arquivos/dissertacao/juliano\\_marcio\\_calderero.pdf](http://www.uniara.com.br/mestrado_drma/arquivos/dissertacao/juliano_marcio_calderero.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2011.
- COSTA, A. B.; COSTA, B. *Cooperação e Capital Social em Arranjos Produtivos Locais*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2011.
- COSTA, I. *O Capital Social como Instrumento para Viabilização do Desenvolvimento Local e Sustentável*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal da Paraíba, 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/07A54A7F3E1842A7832575200050302B/\\$File/NT0003A636.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/07A54A7F3E1842A7832575200050302B/$File/NT0003A636.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2011.
- DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- D'ARAÚJO, M. C. *Capital Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FREITAS, N. M. S. *Desenvolvimento Local e Capital Social: Uma Análise Interdisciplinar do Processo de Indução do DLIS no Estado de Roraima*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 2008. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_tcc.php?id=116](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=116)>. Acesso em: 1 maio 2011.
- HIGGINS, S. S. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.
- LIMA FILHO, S. C. Capital Social e Desenvolvimento Sustentável: A Experiência de Campo do Brito (SE). *Revista Econômica do Nordeste*, nº 01, ed. Jan./mar., 2011. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1232](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1232)>. Acesso em: 1 maio 2011.
- MATOS, H. *Capital Social e Comunicação: Interfaces e Articulações*. São Paulo: Summus, 2009.
- MELIM, J. M. *A Formação de Capital Social entre os Empresários de Micro e Pequenas Empresas: A Experiência dos Núcleos Setoriais do "Empreender"*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004ad8c/289779aba76f13b38325732800712c73/\\$FILE/Tese%20%20Jos%C3%A9%20Melia%20Melim.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004ad8c/289779aba76f13b38325732800712c73/$FILE/Tese%20%20Jos%C3%A9%20Melia%20Melim.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2011.

NAZARRI, R.K. et al. *Alcances e Limites do Capital Social no Desenvolvimento Socioeconômico*. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIseminario/trabalhos/Alcances%20e%20limites%20do%20capital%20social.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.

NICOLA, M. P.; DIESEL, V. *Capital Social em Comunidade Rural no Âmbito de um Projeto de Desenvolvimento Regional Participativo: O Caso Carro Quebrado, Pinheiro Machado, RS*. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art3ed10.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2011.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

---

Recebido em: 20-02-2012

Aprovado em: 09-12-2013